

Impacto político das pesquisas de opinião

Bolívar Lamounier *



O desgaste do governo FHC revelado pelas pesquisas de opinião pública neste último fim de semana já era perceptível a olho nu. Comprovada a existência do desgaste, faz-se mister analisar suas causas e, mais ainda, suas possíveis conseqüências políticas na presente etapa do governo Fernando Henrique.

Cinco causas parecem-me especialmente importantes. Primeiro, o exagero das expectativas iniciais, moldadas pelo deslanche do Plano Real e pela vitória de Fernando Henrique já no primeiro turno da eleição presidencial de 1994. Vistas as coisas sob este aspecto, notável é que os índices de popularidade do presidente e a confiança em seu governo tenham se mantido tão altos durante todo o ano de 1995, e não a queda que agora se observa. Segundo, os rendimentos políticos decrescentes da inflação deixaram de ser notícia para a maioria do público; a inflação baixa já se transformou numa espécie de "direito adquirido". O problema é que direito adquirido não produz unidades adicionais de apoio. Com o passar do tempo, é natural que outros temas pesem

mais na avaliação das pessoas. Terceiro, a questão social: com o desaquecimento da economia desde meados do ano passado e o desemprego em alta, aumentou a insegurança quanto ao futuro. A matança dos sem-terra no Pará agravou esse clima, ficando mais profundamente a impressão de que o governo ou é "insensível" ou não sabe o que fazer na área social. Quarto, a

É notável que os índices de popularidade de FHC e a confiança em seu governo tenham sido altos durante 1995

elevada saliência do socorro a instituições financeiras no debate público. A maioria das pessoas não se interessa em comparar o custo desse socorro com os riscos a que o País se exporia se não o providenciasse. A comparação que tende a ser feita é entre esse custo presente e o que não se está conseguindo fazer na área social — contraste que evidentemente jamais será favorável a nenhum governo. Quinto, a imagem de um governo muito "político": prisioneiro

dos 60% de votos exigidos para a aprovação da reforma constitucional, o presidente Fernando Henrique precisa engajar-se em infundáveis negociações com deputados e senadores e acaba sendo visto como refém de um Congresso que a sociedade acha ruim, fisiológico, chantagista e comprometido até a medula com interesses corporativistas e regionais.

Que dizer dos efeitos políticos desse desgaste do governo junto à opinião pública — admitindo-se como improvável a sua reversão a curto prazo? O ponto básico, no meu entender, é o papel crucial das expectativas na lógica política do Plano Real. Infelizmente, não podemos encarar esse desgaste com aquela velha naturalidade dos norte-americanos, que vêem o fim da "lua-de-mel" política como fase previsível numa infinita sucessão de ciclos presidenciais. Não podemos porque o presente processo de estabilização e reforma

estrutural ficaria muito mais difícil se a autoridade efetiva do presidente da República como coordenador das ações políticas e iniciador das grandes propostas legislativas sofresse um debilitamento mais agudo. O círculo vicioso entre debilidade política e crise econômica que o Brasil viveu durante os anos 80 foi rompido (pelo lado econômico) em 1994: derrubada a inflação, reconstituímos o capital político que havíamos dilapidado na década anterior. Ocorre, porém, que a derrubada da inflação se deu por meio de uma combinação a médio prazo insustentável entre câmbio valorizado e política monetária restritiva, coadjuvada por uma conjuntura favorável no tocante aos preços agrícolas. Para que essa combinação não se transforme numa explosiva camisa-de-força, é imprescindível robustecer sua perna fiscal e reduzir o chamado "custo Brasil". O "processo" a que o presidente Fernando

Henrique se refere quando fala na consolidação do Plano Real é esse encadeamento que o Plano Real estabeleceu entre o quadro imediato (a estabilidade monetária e o capital político dela decorrente) e o médio prazo (as reformas que todos sabemos serem necessárias para consolidar esse avanços, aumentar o nível de investimento e retomar o crescimento econômico).

Como avaliar o desgaste do governo revelado pelas pesquisas de opinião no final da semana passada?

É, pois, inevitável que índices negativos nas pesquisas de opinião suscitem apreensões. A interpretação (quase sempre precipitada) é de que são quedas irreversíveis, que sinalizam dificuldades políticas crescentes e, no limite, indícios de um debilitamento inexorável da autoridade presidencial. No sistema político brasileiro, o apoio da "maioria silenciosa" é um recurso político crucial para o presidente da República. Dada sua vasta dimensão numérica, a

opinião pública funciona como um reservatório de apoio: um interlocutor privilegiado que o presidente pode mobilizar quando tiver necessidade de balizar mais fortemente os termos do debate público, como contrapeso a pressões ou demandas indevidas de grupos corporativos e como instrumento para robustecer o apoio (ou evitar a debandada) de sua base parlamentar. Não dispondo de instrumentos constitucionais que lhe permitam atuação mais incisiva no sentido de fixar uma maioria favorável a suas propostas, o presidente precisa desse apoio difuso, que o transforma em poderoso ponto de gravitação e torna intolerável o custo da contestação a suas políticas intoleráveis para aqueles que integram nominalmente a sua base de apoio. Felizmente, não faltam exemplos de presidentes que passaram por maus momentos e depois deram a volta por cima. Um deles, aliás, foi o predecessor imediato de Fernando Henrique.

* Cientista político, é diretor de pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos e Políticos de São Paulo (Iesp) e associado da MCM Consultores.